

A DINÂMICA EXCLUDENTE DA ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MARANHÃO: ponderações sobre o Programa Luz Para Todos (PLPT)

José Tavares Bezerra Júnior¹

Lindalva Silva Correia²

Heric Santos Hossoe³

RESUMO

A profunda transformação pela qual passou o setor elétrico brasileiro, em meados da década de 90, ainda repercute no atual modelo do setor, marcado notadamente pela abertura comercial e intensificação do processo de privatizações das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Este artigo tem por objetivo levantar alguns apontamentos sobre o processo de eletrificação rural no Maranhão advindo do Programa Luz para Todos (PLPT), buscando identificar concretamente os fatores determinantes, avaliando seus objetivos reais e suas respectivas particularidades locais. Os principais resultados encontrados apontam efeitos contraditórios pois o processo de universalização engendrou a ampliação do acesso à energia, porém, promoveu o aumento tarifário e criou outros óbices na política de enfrentamento à problemática da exclusão energética.

Palavras-chave: eletrificação rural; Programa Luz para Todos; privatização.

ABSTRACT

The profound transformation that the Brazilian electricity sector underwent in the mid-1990s still has repercussions on the current model of the sector, notably marked by the opening up of trade and the intensification of the privatization process of electricity distribution concessionaires. This article aims to raise some notes on the process of rural electrification in Maranhão arising from the Luz para Todos Program (PLPT), seeking to concretely identify the determining factors, evaluating their real objectives and their respective local particularities. The main results found point to contradictory effects since the universalization process engendered the expansion of access to energy, however, it promoted the tariff increase and created other obstacles in the policy to face the problem of energy exclusion.

Keywords: rural electrification; light for all; privatization.

¹ Professor do Departamento de Economia da UFMA; Doutor em Políticas Públicas; jose.tavares@ufma.br.

² Professora do Departamento de Economia da UFMA; Doutora em Economia; lindalva.correia@ufma.br.

³ Professor do Departamento de Economia da UFMA; Doutor em Políticas Públicas; heric.hossoe@ufma.br.

PROMOÇÃO



APOIO



1 INTRODUÇÃO

A energia elétrica é considerada um serviço essencial para o bem-estar coletivo, contribuindo significativamente e de forma decisiva para o desenvolvimento socioeconômico (GOLDEMBERG, 2000; CEPAL, 2003; CAMARGO, 2010). No caso do Brasil, a partir do estabelecimento da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, com a promulgação da Lei nº 7.783 de 28 de julho de 1989 e da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, o serviço de distribuição de energia torna-se um imperativo legal. No entanto, a realidade hodierna é que em pleno século XXI ainda existem milhares de famílias no território brasileiro sem acesso à energia elétrica e, portanto, em situação de dramaticidade e exclusão diante de um serviço público considerado indispensável para o desenvolvimento.

Diversas abordagens são encontradas na literatura trazendo perspectivas diversas sobre a temática vinculada ao processo de eletrificação rural, elencando tanto características positivas quanto oportunidades de melhoria sobre a problemática em voga. A contribuição de Buratini (2004) versa sobre o papel do Estado, capital privado e concorrência no setor elétrico brasileiro, dando ênfase aos efeitos da crise financeira e aos efeitos nefastos do processo de privatização, gerando efeitos contraditórios e, portanto, gerando benefícios sobretudo uma classe privilegiada.

Além de significarem excelentes oportunidades de negócios para os capitais privados nacionais e internacionais, as privatizações representaram uma alternativa para, de uma só vez, financiar o Balanço de Pagamentos (dado o persistente déficit em conta corrente e a volatilidade dos capitais de curto prazo), tentar conter o ritmo de crescimento da dívida pública e promover a reforma “modernizante” do setor elétrico (BURATINI, 2004, p. 88).

Silvestre et al (2010), afirmam de forma semelhante que o processo de privatização das concessionárias de energia elétrica não demonstrou evidências ou impactos positivos na melhoria dos indicadores técnicos e qualidade do serviço para o consumidor, embora tenha apontado melhoria nos indicadores financeiros e, assim, gerando vultosos ganhos para os acionistas do setor elétrico.

(...) o processo de privatização foi benéfico para a melhoria do aspecto financeiro, isto é, da perspectiva do acionista. No entanto, não é possível afirmar o mesmo em relação aos aspectos técnicos (qualidade do serviço

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

prestado), isto é, da perspectiva do consumidor, o processo de privatização não gerou melhorias significativas (SILVESTRE et al, 2010, p. 109).

Dentro de uma perspectiva oposta, em termos de impacto social, Ribeiro et al (2017) colocam que a desigualdade social brasileira é evidentemente algo deveras preocupante, onde a eletrificação rural possui a prerrogativa de vetor de desenvolvimento, como forma de combater a pobreza e as desigualdades sociais, promovendo melhoria na qualidade de vida da população localizada em áreas rurais.

O acesso à energia elétrica pode contribuir com a redução da pobreza via aumento da produtividade, da capacidade empreendedora, do tempo de permanência na escola e também via redução das pressões ambientais (RIBEIRO et al, 2017, p. 323).

Dado os efeitos contraditórios observados a partir da eletrificação rural, elencados anteriormente, este breve ensaio tem o objetivo de avaliar o Programa Luz para Todos (PLPT) no estado do Maranhão, na observância do processo histórico-social recente, onde o serviço básico de distribuição de energia elétrica concretamente transforma-se em mercadoria ofertada em troca de interesses arbitrariamente escusos e antagônicos, obedecendo aos interesses do ideário neoliberal e do projeto privatista.

Assim, o processo das políticas públicas é assumido, nos seus diferentes momentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem no processo, sendo estes orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses, fazendo do desenvolvimento das políticas públicas um processo contraditório e não linear (SILVA, 2001, p. 40 e 41).

Dada a grande relevância gerada pelo tema, ressalta-se a tentativa de se fugir ao lugar comum do *mainstream* da economia, derivado de modelos excessivamente mecanicistas e utopicamente autorreguláveis. Portanto, o procedimento metodológico utilizado foi, em essência, de natureza quali-quantitativa, com o ferramental da pesquisa bibliográfica e descritiva, a partir de dissertações, teses, artigos científicos e documentos técnicos ligados ao tema da eletrificação e ao PLPT, buscando investigar a historicidade recente dos fatos para tentar compreender de forma aproximativa a realidade de crescente complexidade. No que tange ao espaço temporal utilizado na pesquisa, optou-se por um recorte assimétrico – não linear em

PROMOÇÃO



APOIO



determinados casos – devido, sobretudo, à dificuldade encontrada no levantamento de determinados dados quantitativos.

[...] a racionalidade de uma estratégia particular de pesquisa é baseada em uma rede de pressupostos implícitos ou explícitos, relativos à ontologia e à natureza humana que definem o ponto de vista do pesquisador sobre o mundo social. Tais pressupostos fornecem os fundamentos da prática de pesquisa, inclinando o pesquisador a ver e a interpretar o mundo com base em uma perspectiva, ao invés de outra (VERGARA e PECCI, 2003, p. 15)

Além desta parte introdutória, o artigo está dividido em mais duas seções. Com a finalidade de contextualizar o assunto pesquisado dentro da realidade da eletrificação rural, a seção dois apresenta um panorama geral sobre a dinâmica da energia elétrica no estado do Maranhão. A seção três faz uma abordagem geral sobre o surgimento do Programa Luz para Todos para o caso do estado do Maranhão. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 DINÂMICA EXCLUDENTE DA ENERGIA ELÉTRICA NO MARANHÃO

O estado do Maranhão está localizado na região Nordeste do Brasil, com 79% de sua área geográfica localizada na Amazônia Legal e contando com mais de 7,0 milhões de habitantes, o que representa 3,4% da população brasileira e 12% da nordestina. Com uma extensão territorial de 332 mil m² e densidade demográfica de 19,81 hab/km² (IBGE, 2021a), o estado é considerado um dos mais pobres do Brasil e, portanto, possui substanciais desafios sociais, políticos e administrativos, com profundas marcas históricas tangidas pela baixa efetividade das políticas públicas.

Ainda, toda política pública é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social. Vista como mecanismo que contém contradições, contrapõe-se à percepção da política pública como mero recurso de legitimação política ou de uma intervenção estatal subordinada tão somente à lógica da acumulação capitalista (SILVA, 2001, p. 38).

De forma comparativa, dentro da especificidade da realidade territorial maranhense, a Tabela 1 apresenta dados relacionados de determinados indicadores do Brasil, Nordeste e Maranhão. Conforme observado, os índices do Maranhão

apresentam dados significativamente inferiores em sua totalidade, quando comparados à média nacional e nordestina, representando a precariedade dentro do processo de formulação e implementação de políticas efetivas de enfrentamento à pobreza.

Tabela 1 – Quadro-síntese de indicadores (Brasil, Nordeste e Maranhão)

Indicadores	Resultados		
	Brasil	Nordeste	Maranhão
Renda mensal domiciliar per capita - R\$	314,25	208,52	199,78
Extrema pobreza - %	12,64	20,44	27,86
Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) - %	22,77	32,62	32,96
Índice de Gini	0,4902	0,4632	0,5132

Fonte: a partir de dados colhidos em IPEA (2012) e EPE (2023).

Conforme visto na Tabela 1, a renda domiciliar per capita do maranhense, utilizada para mensurar o poder aquisitivo médio da população, equivale a apenas 57,3% da média nacional. Sob o prisma do indicador da extrema pobreza, observa-se que 27,9% dos maranhenses vivem nessa condição precária e sub-humana, ou seja, isso significa uma renda per capita inferior a 1,90 dólares ao dia (IBGE, 2021b). O Maranhão apresenta também situação de desvantagem na taxa de analfabetismo e no indicador da concentração de renda, observado pelo parâmetro do índice de Gini (IPEA, 2012).

Em termos da relação existente entre consumo de energia e o rendimento domiciliar per capita, a realidade do Maranhão permanece discrepante ao ser comparada em relação aos demais estados do Brasil, onde os dados perseveram em trajetória desfavorável e periclitante, conforme pode ser observado na Figura 1.

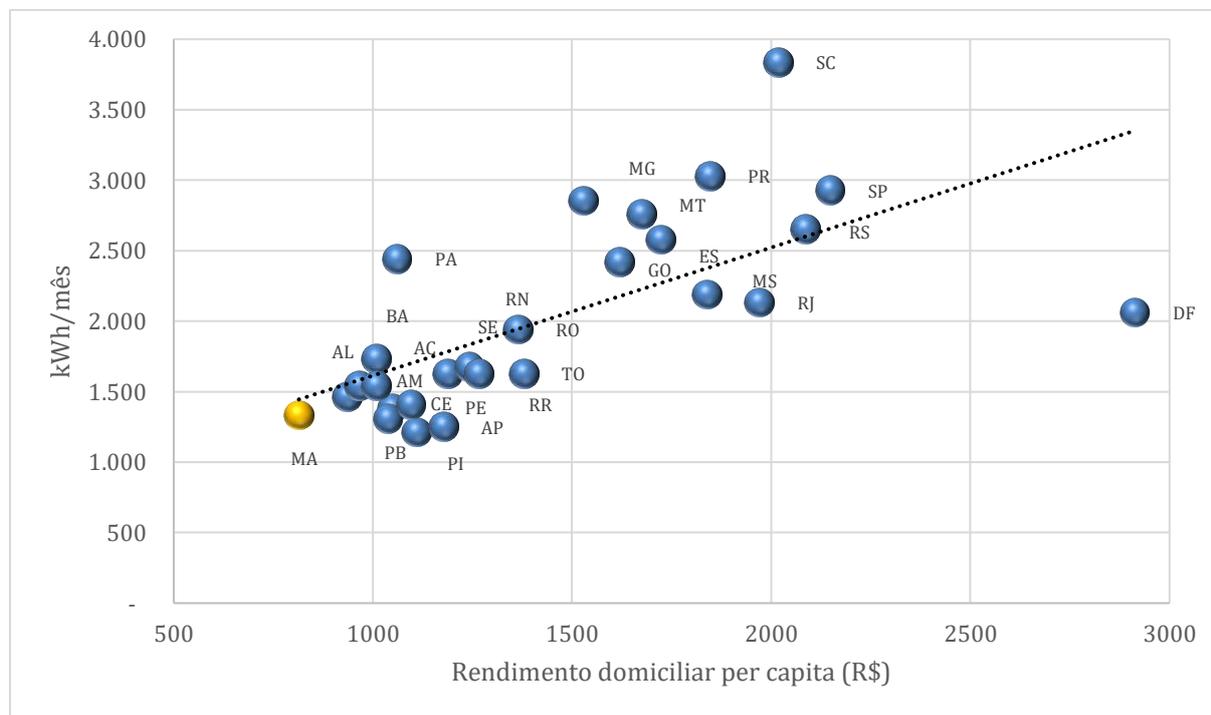


Figura 1 – Consumo de energia elétrica versus rendimento domiciliar per capita por estado do Brasil (2022)

Fonte: elaboração própria a partir de dados colhidos em IBGE (2023) e EPE (2023).

A relação apresentada na Figura 1 entre consumo de energia e o rendimento domiciliar per capita por estado do Brasil, aponta que a realidade do Maranhão ainda é desalentadora quando comparada aos demais estados da federação. O consumo médio anual de energia elétrica no Maranhão – correspondente a 1.333,29 kWh/ano pela ótica das famílias – está entre as menores faixas de consumo do Brasil. À propósito, estudos apontam a causalidade entre crescimento econômico e consumo de energia (CARMINATI e SCALCO, 2013; BARBOSA e MATTOS, 2021).

Outrossim, o rendimento domiciliar per capita registrado no Maranhão denota o estado de pobreza da população, ranqueando-o na última posição quando comparado aos demais estados da federação brasileira. O pífio resultado do rendimento domiciliar per capita do Maranhão aponta um rendimento médio por pessoa mensal de aproximadamente R\$ 814,00. Enquanto que o Distrito Federal, por

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

exemplo, possui o maior rendimento domiciliar per capita do Brasil, na ordem de R\$ 2.913,00 para igual período. Aventando a hipótese remota que o Maranhão conseguisse no curto prazo dobrar o rendimento domiciliar per capita, ainda assim estaria posicionado no ranking nacional atrás de nove estados (MT, ES, MS, PR, RJ, SC, RS, SP e DF), o que caracteriza o grande drama histórico e o longo percurso que o estado ainda precisa percorrer, dentro de uma perspectiva de alcançar uma melhor distribuição de renda, geração de emprego, melhoria da qualidade de vida, enfrentamento da pobreza, consumo racional de energia etc.

Para o caso do Maranhão, o agente responsável pela execução das obras da eletrificação rural é a Equatorial Energia MA – concessionária de distribuição de energia elétrica no estado –, a qual já recebeu um aporte financeiro através do Ministério de Minas e Energia de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões, para conectar 353 mil famílias, o que equivale dizer que mais de 1,5 milhões de pessoas saíram da escuridão (CGU, 2022).

No entanto, ainda existem milhares de famílias maranhenses que sobrevivem em plena escuridão, seja em relação à disponibilidade da energia ou em termos de dignidade e acesso a bens e serviços básicos, amplificando a existência de um ignominioso abismo social. Segundo Lamin (2021), o Maranhão ainda possui 40 mil pessoas na situação de exclusão energética, o que significa a necessidade urgente de se avançar no processo de universalização ao acesso à energia elétrica, o qual vem sendo fomentado através do Programa Luz Para Todos (PLPT).

3 DESVENDANDO A ESSÊNCIA DO PLPT NO MARANHÃO

O processo de abertura comercial iniciado no Brasil na década de 1990 já foi largamente investigado a partir de uma perspectiva crítica, demonstrando os efeitos inerentemente contraditórios, produzidos notadamente para os desfavorecidos dos meios de produção. Nesse ínterim, no bojo do processo de abertura comercial, o fenômeno da privatização do setor elétrico brasileiro veio a reboque das agruras do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

modo de produção capitalista, denotando majoração tarifária, apagão em nível nacional, terceirização das atividades fins, ao mesmo que, antagonicamente, gera lucros exorbitantes para a classe dos detentores dos meios de produção. Nesse sentido, Lemos (2009) coloca que:

Nos anos 1990, um conjunto de transformações, nos âmbitos nacional e internacional, determinou mudanças no papel do Estado na economia e uma radical reestruturação do Setor Elétrico. Com o surgimento de novos agentes, nova estrutura institucional, novo marco legal e novos mercados, a análise da relação entre o território e as políticas setoriais de energia elétrica se tornou muito mais complexa (LEMOS, 2009, p. 8).

Nesse ínterim, observa-se que a lógica do fomento público é diferente do fomento privado. Sabe-se que este fato é inerente e considerado *necessário* para a permitir a manutenção do sistema capitalista de produção, pressupondo um sistema historicamente explorador e fundamentado por velhas dicotomias, tal como observado por Silva (2010):

De modo que, no Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano. Tem raízes na formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira (SILVA, 2010, p. 157).

Assim, nota-se que a *misancene* do PLPT articula diversos sujeitos com interesses conflitantes – Estado, grandes empresas e a população rural – numa multiplicidade de fatores determinantes, dentro da complexidade de relacionamento e onde cada qual orienta-se por interesses historicamente antagônicos.

Em sentido amplo, há que se considerar o acesso à energia elétrica não apenas pelo lado da oferta, em termos da disponibilidade propriamente dita, facilidade de acesso, modicidade tarifária, segurança em relação ao uso etc., entretanto também pelo prisma da demanda. Ou seja, a procura da energia tem uma significação ulterior de atendimento às necessidades básicas da população, sobretudo para a população em situação de vulnerabilidade social, pois certamente não se pode falar, por exemplo, em acesso à educação, saúde e qualidade de vida, sem o concomitante acesso à energia elétrica e, por conseguinte, proporcionando uma espécie de fator

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



indutor para inclusão daquelas famílias, até então, em situação de exclusão energética.

Dessa forma, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) foi criado em meados de 2003, com o objetivo de universalizar o acesso à energia em todo o Brasil e se consubstanciar numa política de enfrentamento à pobreza. Desde o seu lançamento o Programa já passou por várias prorrogações em função de uma série de obstáculos, entre os quais pode-se citar a dificuldade de acesso aos povoados, longas distância em relação à rede de distribuição de energia, decisões políticas equivocadas, atraso operacional na fase de execução das obras, pandemia mundial da Covid-19 etc.

Conforme o manual de operacionalização do Programa desenvolvido pela Eletrobras, o público-alvo é composto por quilombolas, indígenas, ribeirinhos, assentamentos rurais, populações atingidas por barragens, escolas rurais, poços de água comunitários, ou seja, uma parcela da população historicamente desfavorecida e desvalida em suas condições mínimas de sobrevivência.

Superada parcialmente a fase inicial de implantação do PLPT, surge o óbice vinculado à necessidade de manutenção e operação do Programa nos rincões do Brasil. Além disso, no que diz respeito à questão tarifária, dado o baixo poder aquisitivo da população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, muitas famílias beneficiadas com a chegada da energia não têm sequer condições de arcar com os custos do faturamento. Como paliativo, a tarifa social Baixa Renda foi instituída pelo poder público no sentido de amortecer as agruras de uma eventual majoração tarifária e/ou até mesmo providenciar descontos escalonados conforme o consumo médio das famílias, correspondentes aos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

A Tarifa Social, além de permitir que a população de baixa renda pague sua conta de luz, possibilita a aquisição de novos equipamentos mais eficientes ou equipamentos que até então não faziam parte do seu cotidiano. No entanto, é preciso conscientizar essas famílias sobre o aumento do gasto mensal com energia conforme elas forem adquirindo mais aparelhos consumidores de energia [...] (NADAUD, 2012, p. 84).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Segundo Nadaud (2012), os fatores ligados à precificação da energia elétrica – e, conseqüentemente, ao processo de maximização da taxa de lucros pelas empresas dentro do processo de expropriação e apropriação da mais-valia – são aspectos determinantes em termos da definição daqueles consumidores que serão incluídos na rede de distribuição, além de não desconsiderar os efeitos ambientais e a heterogeneidade das concessionárias. “Observou-se que muitos países recorreram à privatização do setor elétrico, e foi nesses casos que as conseqüências foram nefastas para os mais desfavorecidos” (NADAUD, 2012, p. 19).

Outro ponto diz respeito, efetivamente, ao desencorajamento do consumo residencial de energia elétrica por parte daqueles consumidores de menor poder aquisitivo, situados na categoria de consumo denominada *baixa renda*, a partir de eventuais elevações no valor das tarifas, dado que o benefício da tarifa social não contempla 100% do valor da fatura, estando relacionado, ainda, à faixa de consumo e excluindo a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e os respectivos encargos setoriais. Em outros termos, antes da chegada da energia elétrica, as famílias nas comunidades desfavorecidas não tinham em seu orçamento doméstico previsão para arcar com as despesas geradas a partir da chegada da energia.

Desse modo, com a advento da energia, apesar do benefício tarifário – parcial diga-se de passagem – muitas famílias desconhecem os seus direitos, em decorrência da falta de repasse de informação por parte da concessionária de distribuição ou não se enquadram na faixa de consumo estipulada pelo poder público, apesar de, em tese, estarem habilitadas ao benefício gerado pela modicidade tarifária. Além disso, Bezerra Júnior (2022) coloca que o avanço do projeto privatista no setor elétrico maranhense proporcionou aumento sem precedentes de lucro para os acionistas, queda na qualidade do serviço e majoração tarifária, configurando-se numa verdadeira tríade neoliberal, ou seja, boa para o acionista e nefasta para a classe trabalhadora.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, observa-se que o processo de implantação do PLPT gerou efeitos contraditórios no Maranhão pois, se por um lado, possibilitou o aumento da qualidade de vida das famílias, a partir da geração de emprego e renda, acesso a bens e serviços, aumento da segurança no período noturno, possibilidade de melhorias nas escolas rurais e postos de saúde, etc., por outro lado, houve aumento tarifário, queda na qualidade do serviço e aumento sem precedente das taxas de lucro para os acionistas. É sabido, ainda, que o PLPT exige investimentos vultosos para atender uma demanda crescente de energia na zona rural, caracterizada por um público-alvo que sobrevive nitidamente em condições adversas, dentro de um contexto de exclusão energética e, portanto, de profundas desigualdades, permeados por um cenário de exclusão social, miséria e fome, agravados sobremaneira pelo projeto privatista.

Além disso, o PLPT só contemplou a fase inicial de investimentos, ou seja, o Manual de operacionalização do Programa não contempla as fases subsequentes de operação e manutenção da rede de distribuição de energia elétrica, levando a demora no reestabelecimento da energia, risco de choques elétricos e/ou até de acidentes fatais. Outro agravante diz respeito às agências de atendimento, as quais estão sendo fechadas ou sendo transformadas em agências digitais, gerando demissão em massa da força de trabalho e dificuldade de acesso aos usuários finais, pois dificilmente os povoados possuem acesso à internet. São essas e outras questões que exigem reflexões posteriores a fim de melhorar o processo de formulação de políticas públicas – de fato universais e para todos efetivamente –, pois além da energia elétrica, o exercício de cidadania requer a observância ao atendimento aos mínimos sociais, garantido de forma justa o quinhão social da classe historicamente oprimida.

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Paulo André Manhães; Mattos, Leonardo Bornacki de. **Relação entre consumo de energia elétrica e crescimento econômico no Brasil: uma análise a nível setorial**. ANPEC, 2021. Disponível em:

https://www.anpec.org.br/sul/2021/submissao/files_l/i2-4cdb96673194f50a0e68b021b119b3fa.pdf. Acesso em 20 jun. 2023.

BEZERRA JÚNIOR, José Tavares. **A luz é para todos, mas a cidadania é para poucos? avaliando os possíveis impactos do Programa Luz Para Todos (PLPT) no processo de inclusão social da população beneficiária no Maranhão (2003 a 2022)**. 2023. 340 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

BURATINI, Ricardo. **Estado, capitais privados e concorrência no setor elétrico brasileiro: da constituição do modelo estatal à crise do modelo competitivo**. Tese de doutorado em economia. UNICAMP. Campinas, 2004.

CAMARGO, E. J. S. **Programa Luz para Todos – da eletrificação rural a universalização do acesso a energia elétrica – da necessidade de uma política de Estado**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-22092010-010215/pt-br.php>. Acesso em 16 jun. 2023.

CARMINATI, João Guilherme de Oliveira; SCALCO, Paulo Roberto. **Relações de causalidade entre energia e crescimento econômico no Brasil**. Revista Brasileira de Energia, Vol. 19, n. 2. 2013, pp. 355-374. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/17600/5/Artigo%20-%20Jo%C3%A3o%20Guilherme%20de%20Oliveira%20Carminati%20-%202013.pdf>. Acesso em 20 jun. 2023.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Energia e Pobreza: problemas de desenvolvimento energético e grupos sociais marginais em áreas rurais e urbanas do Brasil**. Chile, 2003. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6421/S038528_pt.pdf. Acesso em 08 mar. 2023.

CGU - Controladoria Geral da União. **Dados sobre o PLPT no Maranhão**. [mensagem pessoal]. 2022. Mensagem recebida por <nao-responder.falabr@cgu.gov.br> em 24 fev. 2022.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2023, ano base 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes->

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

[dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica](#). Acesso em 20 jun. 2023.

GOLDEMBERG, José *et al.* **Rural energy in developing countries** *World Energy Assessment*. IN: Energy and the Challenge of Sustainability. New York: United Nations Development Program, 2000. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/World%20Energy%20Assessment-2000.pdf>. Acesso em 3 out. 2022.

IBGE. **Perfil dos Estados – Maranhão**. 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em 19 mai. 2023.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estariam em situação de pobreza**. 2021b. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hqAIW>. Acesso em 22 jun. 2023.

IBGE. **IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2022 para Brasil e Unidades da Federação**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36320-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2022-para-brasil-e-unidades-da-federacao>. Acesso em 20 jun. 2023.

IPEA. **Situação Social nos Estados – Maranhão**. Brasília: IPEA, 2012.

LAMIN, Hugo. **Comissão de Minas e Energia – Programa Luz para Todos**. Audiência pública, ANEEL – 22 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3LPPqa0>. Acesso em 15 mar. 2023.

NADAUD, Gabriela Caiuby Ariani. **Acesso à energia elétrica de populações urbanas de baixa renda: o caso das favelas do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado). COPPE/UFRJ. 2012. Disponível em: <http://antigo.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/nadaud.pdf>. Acesso em 21 jun. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Serviço Social e pobreza. Rev. Katálysis 13 (2). 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000200002>. Acesso em 23 jun. 2023.

SILVA, J. R. S.; MESQUITA, B. A. de. **Algumas consequências da política neoliberal para a agricultura familiar na Amazônia brasileira: exclusão social e**

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



concentração de riqueza. In: 12º Encuentro de Geografos Latinoamericanos, 2009, Montevideo. Caminando por una America Latina en transformación, 2009.

SILVESTRE, Bruno dos Santos et al. **Privatização: bom ou ruim? Lições do setor de distribuição de energia elétrica do nordeste brasileiro.** Rev. adm. empres., São Paulo, v. 50, n. 1, p. 94-111, mar. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000100008>. Acesso em 30 out. 2022.

RIBEIRO, Garcia Ribeiro et al. **Investimentos em infraestrutura e desenvolvimento socioeconômico: o caso do programa luz para todos.** IPEA. Revista de Planejamento e Políticas Públicas. Nº 49, Jul – dez 2017.

VERGARA, S. C.; PECI, A. **Escolhas metodológicas em estudos organizacionais.** Organizações e Sociedade, v. 10, n. 27, 2003.

PROMOÇÃO



APOIO

